

A profissionalização do Arquivista e o Panorama Brasileiro

The professionalization of the archivist and the brazilian panorama

WAGNER RAMOS RIDOLPHI

Graduado em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Especialista em Políticas de Informação e Organização do Conhecimento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pelo Arquivo Nacional (AN), Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos pelo Programa de Pós-Graduação em gestão de documentos e arquivos (PPGARQ) da UNIRIO, e Arquivista do Centro de Letras e Artes da UFRJ

wagner.ridolphi@gmail.com

LUIZ CLEBER GAK

Graduado em Arquivologia e Mestre em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Professor Titular da UNIRIO

luizgak@uol.com.br

RESUMO: Este artigo é resultado de pesquisa de mestrado realizada no âmbito do PP-GARQ/UNIRIO e trata da profissionalização do arquivista, considerando o panorama brasileiro. Considerando que intensas transformações políticas, sociais, econômicas e tecnológicas vivenciadas na sociedade da informação trouxeram novos desafios ao arquivista e que mudanças de paradigma na Arquivologia trouxeram uma nova visão sobre seu perfil, objetiva identificar, através das etapas de profissionalização, fatores que podem propiciar maior reconhecimento social e valorização profissional. Recorre aos estudos da sociologia das profissões para propor um modelo de etapas do processo de profissionalização. Identifica o panorama da profissão no Brasil: histórico, marcos legais, código de ética, campo de atuação, formação e associações profissionais, através de revisão de literatura da área arquivística, além de extenso levantamento de dados. Conclui apresentando elementos positivos e sinais de alerta para o desenvolvimento da profissão.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivista; Arquivologia; Profissionalização.

ABSTRACT: This article is the result of research of Master's held in the framework of PPGARQ/UNIRIO and deals with the professionalisation of the archivist, considering the Brazilian scenario. Considering that intense political, social, economic and technological transformations experienced in the information society have brought new challenges to the archivist and that paradigm changes in the Archival Science have brought a new vision about its profile, aiming to identify, through the stages of professionalization, factors that can provide greater social recognition and professional appreciation. It uses the sociology of the professions to propose a model of stages of the professionalization process. It uses the sociology of the professions to propose a model of stages of the professionalization process. It identifies the panorama of the profession in Brazil: history, legal frameworks, code of ethics, field of action, academic education and professional associations, through archival literature review, in addition to extensive data collection. It concludes by presenting positive elements and warning signs for the development of the profession.

KEYWORDS: Archivist; Archival Science; Professionalization.

Introdução

Mudanças políticas, sociais, econômicas e tecnológicas vivenciadas pelo que se convencionou denominar “sociedade da informação” — terminologia surgida nos anos 70 do século XX e consagrada nos anos 90 — trouxeram novos desafios no campo profissional, o que inclui os profissionais que lidam com o tratamento, preservação e recuperação da informação, como os arquivistas. Vivenciamos um período histórico em que nunca se produziu e se consumiu tanta informação. Como aponta Lévy (2010, p. 113), a evolução da internet, impulsionando a cibercultura presente em nossa sociedade, em que emissor e receptor se tornam um único agente, também tem contribuído para aumentar ainda mais o fluxo informacional no mundo contemporâneo. Esse fluxo informacional, no entanto, ainda carece de soluções que permitam selecionar, organizar e preservar o que é essencial e útil.

Esse cenário deveria ter proporcionado aos arquivistas um papel de relevância junto à sociedade, mas não é o que se constata e na produção científica ainda é verificada uma adaptação a esse cenário contemporâneo. Isto é evidenciado pelas mudanças de paradigma na Arquivologia, através de autores que apresentam uma abordagem pós-moderna ou pós-custodial sobre conceitos da área, em contraposição a uma abordagem clássica ou tradicional e que trouxeram novas visões sobre o perfil do arquivista, colocando em evidência sua figura como gestor da informação, em substituição à figura do mesmo como guardião de documentos.

Para a sociedade, no entanto, mesmo quando o arquivista obtém maior presença na administração e os arquivos são reconhecidos como fonte privilegiada de informação, prevalece uma imagem da profissão, amplamente difundida, associada a estereótipos negativos. Para Costa e Lima (2012, p. 104),

O arquivista é, usualmente, caracterizado como um profissional sem necessária formação acadêmica e que desenvolve trabalhos exclusivamente técnico-pragmáticos desprovidos de atribuições intelectuais. Sua inserção junto ao mercado de trabalho vem-se dando com significativa dificuldade, prova disso o fato de muitos gestores — inclusive de grandes corporações — têm sequer ideia da existência deste profissional que, pela natureza de sua profissão, é capaz de lidar com as complexas variáveis pertinentes ao manuseio e tratamento da informação e do conhecimento, independente do contexto a que estas se encontram vinculadas.

Essa aparente fragilidade da imagem do arquivista perante a sociedade faz repensar o próprio processo de profissionalização da área, de forma a alcançar a compreensão do contexto social e histórico no qual a categoria obteve autonomia técnica. Como destaca Mueller (2004, p. 36) o sucesso na solução de problemas e a crença no discurso desenvolvido pelo grupo profissional são os principais fatores que contribuem para o reconhecimento de uma profissão e conhecer esse fenômeno é importante para se compreender os rumos que a profissão pode tomar.

Assim, este artigo tem como objetivo analisar as etapas de profissionalização do arquivista, identificando os fatores que podem propiciar maior reconhecimento social e valorização profissional e identificar o panorama da profissão no Brasil: campo de atuação, regulamentação, formação e associações profissionais, o que permitirá guiar a análise que será realizada sobre a situação da profissão no país.

Para compreensão do fenômeno da profissionalização, se recorre aos estudos da sociologia das profissões e foi realizada uma revisão de literatura da área arquivística, além de extenso levantamento de dados para identificação do panorama da profissão no Brasil. Por não haver no cenário internacional uma padronização quanto aos cursos de formação e aos requisitos legais para atuação profissional, a pesquisa compreende como arquivista o que se configurou no país para exercício legal da profissão: o profissional com graduação em nível superior em Arquivologia.

O processo de profissionalização sob a abordagem da sociologia das profissões

Os estudos no campo da sociologia das profissões se apresentam como oportunos ao propósito de se analisar os aspectos que envolvem a profissionalização do arquivista no Brasil. Como observa Abott (1991, p. 35, apud DINIZ, 2001, p. 46) o fato de se almejar o status de “profissão” está relacionado à percepção de que mesmo em um cenário futuro mais sombrio, nas sociedades e culturas modernas, as profissões sobreviverão como nomes e imagens, sendo uma importante via de mobilidade social.

Segundo Santos (2011), a sociologia das profissões teria dado seus primeiros passos como ramo autônomo da sociologia a partir da década de 1930. Ainda segundo o autor, os estudos nessa área podem ser classificados

através de diferentes modelos teórico-metodológicos, como o funcionalismo, o interacionismo e o weberianismo.

Para tratar de modelos de um processo de profissionalização recorreremos a dois autores com abordagens distintas e que contribuem para melhor compreensão desse fenômeno: o filósofo francês contemporâneo Bruno Latour e o norte-americano Harold L. Wilensky. Neto (1997) apresenta um trabalho em que explora a visão de Latour a respeito da profissionalização do cientista e contrapõe com a visão de Wilensky, ponderando que ambos militaram em modelos teórico-metodológicos distintos e seus estudos foram produzidos em momentos históricos distantes e diferentes entre si (Wilensky no final dos anos 60 e Latour em meados dos anos 80). O autor relaciona as diferentes abordagens de ambos quanto ao processo de profissionalização.

Uma diferença importante entre ambos é que, para Wilensky, o domínio do conhecimento exerce uma importância fundamental para a reivindicação de exclusividade para realização de uma determinada atividade. Esse conhecimento deve ser ministrado a um círculo restrito e fechado, compreensível apenas por poucos, ou seja, esotérico. Já para Latour, alinhado a uma abordagem sociológica e histórica, a questão do conhecimento em si é menos importante do que as estratégias desenvolvidas pelo corpo profissional para convencer seus pares, a sociedade e o Estado de sua existência e utilidade.

Quanto às etapas que compõem o processo de profissionalização das atividades do mundo do trabalho, especialmente aquelas que requerem uma formação especializada, ambos propõem cinco etapas, sendo quatro delas em comum. Mas apesar da semelhança quantitativa, que não deve ser desprezada, há uma diferença de abordagem entre ambos, que reside na natureza metodológica de análise. Primeiro, para Wilensky as etapas deveriam ser atingidas na ordem enunciada por ele para que uma ocupação atingisse o grau de profissionalização. Já Latour entende as etapas como “pontos de passagem obrigatórios” e que não deveriam seguir uma ordem preestabelecida.

Outra diferença é que a proposta de Wilensky objetiva a construção de um modelo abstrato e adaptável a toda e qualquer condição, uma regra aplicável ao todo. Latour, por sua vez, propõe uma análise antropológica dos grupos profissionais, partindo do particular para o geral, de forma a encontrar similaridades, não considerando todos os fatores apresentados como determinantes. A seguir detalhamos cada uma das etapas relacionadas pelos autores:

- Eliminar amadores: representa a capacidade de a ocupação ser exercida em regime de tempo integral, excluindo assim os amadores.
- Formação padronizada: significa a padronização na formação e normatização na formação de novos profissionais, geralmente em nível universitário, em que é compartilhado um conhecimento exclusivo, que distingue a categoria profissional.
- Provar ao Estado: seria a capacidade de convencer e provar ao Estado que a atividade profissional de determinado grupo é imprescindível, de forma a garantir o monopólio de competência, com regulamentação da profissão.
- Normas éticas: seria um instrumento de auto-regulação, com o estabelecimento de um código de ética com garantia de expurgo dos amadores.
- Associações profissionais: se caracterizam por defender os interesses econômicos, pleitear melhores condições de trabalho e padronizar a conduta do grupo profissional, autorregulando os conflitos existentes dentro do mesmo e com grupos externos. Devem se empenhar na conquista de prestígio, reconhecimento e poder junto à sociedade em geral e ao Estado.
- Satisfazer a sociedade: está relacionado à veiculação do conhecimento em órgão de comunicação científica, de forma a atingir um público mais amplo, aumentando assim o interesse sobre a atividade profissional desenvolvida, criando um mercado de consumo.

Panorama da profissão no Brasil

A seguir são apresentados os diferentes aspectos relacionados ao arquivista no Brasil: histórico da profissão; os marcos legais existentes para exercício da profissão; o código de ética profissional, que orienta a atuação dos profissionais; o quantitativo de profissionais registrados no MTE; panorama da formação, apresentando os cursos de graduação e pós-graduação existentes; e o panorama das instituições de classe existentes, ou seja, as associações profissionais.

Segundo Souza (2011, p. 51), o arquivista pode ser definido como um

[...] profissional com formação formal em Arquivologia, dotado de conhecimentos para planejar, gerenciar e disponibilizar os documentos

e as informações arquivísticas. Além disso, exerce uma função social que se inicia desde o momento da produção documental e se estende a todos os usuários. Consequentemente, seu espaço de trabalho está garantido em toda e qualquer instituição que produza, armazene e disponibilize informação, independente do suporte.

Essa concepção do que é ser arquivista, no entanto, é relativamente recente e experimentou alterações ao longo do tempo. No âmbito mundial, há evidências de que a existência da profissão é remota, estando associada ao momento em que surge a escrita e o homem começa a registrar informações em algum suporte, produzindo e custodiando documentos, com a prática de arquivar documentos se perpetuando até os dias atuais. O reconhecimento e a regulamentação ocorrem muito posteriormente, sendo difícil precisar um marco que caracterize o surgimento da profissão como tal.

No Brasil, o exercício da profissão também antecede em muitos anos seu reconhecimento oficial através de regulamentação. Inicialmente, a profissão foi reconhecida pela administração pública, que, ao criar órgãos responsáveis pela custódia dos documentos oficiais, designava os profissionais que nelas atuavam.

No Arquivo Nacional, fundado em 1838, seguindo o movimento europeu, pós Revolução Francesa, com ênfase na preservação dos documentos considerados símbolos da identidade nacional, isso se refletia no perfil da profissão, conforme descreveu Michel Duchein em artigo sobre os 150 anos da instituição.

Nos grandes depósitos — como o Public Records Office da Inglaterra, criado no mesmo ano em que o Arquivo Nacional do Brasil, ou os Arquivos do Reino da Bélgica, instituídos em 1831 —, a função da “memória” era preponderante. Os arquivistas eram historiadores, paleógrafos, diplomáticos. Os métodos de arranjo baseavam-se nas grandes épocas da história e nas estruturas governamentais e administrativas do passado. Não havia muita preocupação em recolher documentos novos e, menos ainda, em adaptar os quadros de arranjo à evolução administrativa. O termo *arquivo histórico*, muito na moda entre 1830 e 1850 em toda a América Latina, caracteriza essa concepção, que corresponde ao despertar da consciência nacional do século XIX. (DUCHEIN, 1988, p. 92)

Em 1941, uma reforma aplicada em alguns ministérios do governo federal provocou alterações na estrutura e organogramas ministeriais, afetando algumas categorias profissionais. O Decreto-Lei nº 3.321, de 30 de maio, que alterava as tabelas dos quadros do Ministério das Relações Exteriores, introduziu uma divisão na denominação da carreira, diferenciando arquivistas (com atribuições mais simples e funções de execução) de arquivologistas (com atribuições mais complexas, de coordenação e planejamento). Curiosamente, o Arquivo Nacional considerava desnecessário o emprego de arquivologistas em seu quadro funcional.

Em 1947 o Arquivo Nacional recebeu 10 arquivologistas que, somados aos 6 arquivistas, perfaziam 16 servidores do quadro técnico. A direção pediu a supressão do número de arquivologistas, alegando que são “pouco ou nada eficientes os funcionários desta categoria” e que a relocação fora feita à sua revelia. [...] “O Arquivo Nacional” escrevia ao Diretor no Relatório de 1947, “não necessitava de funcionários que ostentam títulos improvisados ou vagas tinturas de erudição exótica em matéria arquivológica, colhida nos manuais de arquivologia, ao lado de uma ignorância crassa, quase invencível, nos mais elementares conhecimentos relativos à tarefa diária, rotineira do Arquivo”. (RODRIGUES, 1959, p. 46 apud SOUZA, 2011, p. 55)

Nova reformulação na administração federal afetaria a profissão em 1960, através da Lei nº 3.780, de 12 de julho, que tratava do Plano de Classificação de Cargos do Serviço Público e que extinguiu o cargo de arquivologista, substituído pelo de documentalista, para o qual era exigida formação superior em Biblioteconomia.

Com o início da ditadura militar, em 1964, órgãos estratégicos, responsáveis pela segurança da informação, incluíram arquivistas em seus quadros, mas a profissão permaneceu ocupando um papel inexpressivo na administração pública. Situado no mesmo nível de datilógrafos, escreventes e auxiliares de portaria, em 1970 o cargo de arquivista acabaria sendo retirado do Plano de Classificação de Cargos.

Nesse cenário e com a ausência de regulamentação da profissão, outros profissionais se inseriram nas funções arquivísticas, situação essa agravada com o Decreto nº 72.493, de 19 de julho de 1973, que tratava da distribuição hierárquica de categorias funcionais de nível superior ou habilitação equivalente. Neste decreto, os arquivistas — na época eram assim

considerados os profissionais que executavam suas funções nos arquivos ou que ingressavam em suas instituições com essa denominação — foram enquadrados nas categorias funcionais de Técnico em Assuntos Culturais, para o qual era exigida formação em História ou Museologia e na de Bibliotecário, com formação em Biblioteconomia ou habilitação legal equivalente (SOUZA, 2011, p. 58).

Apesar das reformulações na administração federal, em vários estados e municípios o cargo de arquivista foi mantido ou mesmo incluído. No Rio de Janeiro, por exemplo, o cargo fora incluído no serviço público do então estado da Guanabara, em 1968, através do Decreto “N” nº 1.100, de 22 de julho.

Finalmente, graças à mobilização dos profissionais organizados na Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), fundada em 1971 e que conseguiu a aprovação do currículo mínimo do curso superior em Arquivologia em 1974, garantindo uma formação formal para os profissionais, foi obtida a regulamentação da profissão, através da Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978, pelo Decreto nº 82.590, de 6 de novembro de 1978. Marcos legais para o exercício da profissão estabelecem que esta só é permitida aos diplomados por curso superior de Arquivologia e registrados na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE, antiga Delegacia Regional do Trabalho) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Por ocasião da promulgação da lei, também foi prevista a habilitação profissional para os denominados provisionados, ou seja, que comprovassem possuir cinco anos ininterruptos de atividade ou dez intercalados no campo profissional da Arquivologia até então.

Na regulamentação da profissão, juntamente com a de Técnico de Arquivo, também são elencadas suas atribuições:

- I planejamento, organização e direção de serviços de Arquivo;
- II planejamento, orientação e acompanhamento do processo documental e informativo;
- III planejamento, orientação e direção das atividades de identificação das espécies documentais e participação no planejamento de novos documentos e controle de multicópias;
- IV planejamento, organização e direção de serviços ou centros de documentação e informação constituídos de acervos arquivísticos e mistos;
- V planejamento, organização e direção de serviços de microfilmagem aplicada aos arquivos;
- VI orientação do planejamento da automação aplicada aos arquivos;

- VII orientação quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos;
- VIII orientação da avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação;
- IX promoção de medidas necessárias à conservação de documentos;
- X elaboração de pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivísticos;
- XI assessoramento aos trabalhos de pesquisa científica ou técnico-administrativa;
- XII desenvolvimento de estudos sobre documentos culturalmente importantes.

Portanto, é atribuída ao arquivista competência para atuar em todo o ciclo vital dos documentos, realizando as atividades de planejamento para criação de documentos, avaliação e classificação (próprias da fase corrente); arranjo, descrição, conservação e estudos sobre documentos culturalmente importantes (próprias da fase permanente), conforme terminologia da época (SANTOS, 2015, p. 46).

Cabe destacar que a lei de regulamentação consagrou o termo “arquivista” como designação da profissão no Brasil, em detrimento do termo “arquivologista”, que era utilizado até então como sinônimo, sendo geralmente associado especificamente ao profissional de nível superior. Já o profissional de nível médio, que era associado ao termo “arquivista”, passou a ser denominado como “técnico de arquivo”. Mesmo assim, devido à inexistência de cursos técnicos, que mesmo após a lei não foram implantados e, portanto, sem a formação de técnicos de arquivo, os arquivistas permaneceram sendo erroneamente associados a profissionais sem formação superior.

Se adequando à regulamentação, o Decreto nº 90.740, de 20 de dezembro de 1984, criou o Grupo — Arquivo, do Serviço Civil da União, abrangendo atividades de nível superior e médio, referentes a planejamento, estudos, projetos e execução de trabalhos em arquivos correntes, intermediários e permanentes. Neste decreto foram incluídas as categorias profissionais de arquivista e técnico de arquivo, obedecendo como requisitos para preenchimento dos cargos o que prevê a Lei nº 6.546/78.

Em 2015, após 37 anos da regulamentação da profissão, ocorreu uma ameaça ao *status quo* dos arquivistas, com a apresentação na Câmara dos Deputados do Projeto de Lei (PL) 2.606/2015¹, de autoria do Deputado

Federal Dr. Jorge Silva (PROS/ES). Este PL propunha alterar a Lei nº 6.546/78, para permitir o exercício da atividade de arquivista aos profissionais graduados em áreas afins com especialização em Arquivologia, ou seja, retirando dos graduados em Arquivologia a exclusividade quanto ao exercício da profissão. Mas, graças à mobilização da categoria profissional, em 04 de novembro de 2015 a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados deferiu o requerimento de retirada de tramitação e o PL foi arquivado, permanecendo assim inalterada a regulamentação das profissões de arquivista e técnico de arquivo.

Apesar de ser um documento de uniformização para registros administrativos e não se estender à relação de trabalho, apresentamos a classificação da profissão na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)², cuja primeira versão foi elaborada em 1977 pelo MTE e a última atualização é do ano de 2002. A CBO é referência para diversos programas da política de trabalho do país: estatísticas de emprego-desemprego, para o estudo das taxas de natalidade e mortalidade das ocupações, para o planejamento das reconversões e requalificações ocupacionais, na elaboração de currículos, no planejamento da educação profissional, no rastreamento de vagas, dos serviços de intermediação de mão-de-obra.

A profissão de arquivista encontra-se enquadrada juntamente com a de museólogo, na família/código 2613. Especificamente para a categoria de arquivista, é associado o código 2613-05, que engloba as ocupações de administrador de arquivos, encarregado de serviço de arquivo médico e estatística, especialista em documentação arquivística, especialista em organização de arquivos e gestor de documentos. Como descrição sumária, constam as seguintes atividades:

Organizam documentação de arquivos institucionais e pessoais, criam projetos de museus e exposições, organizam acervos museológicos públicos e privados. Dão acesso à informação, conservam acervos. Preparam ações educativas ou culturais, planejam e realizam atividades técnico-administrativas, orientam implantação das atividades técnicas. Participam da política de criação e implantação de museus e instituições arquivísticas.

Curiosamente, apesar da CBO ter sido atualizada em 2002, não está alinhada com a Lei 6.546/78, que regulamenta a profissão, que contempla apenas as categorias de arquivista e técnico de arquivo. Vale destacar,

também, que a profissão não está incluída na família/código 2612, correspondente aos profissionais da informação, que na CBO, compreende bibliotecários, documentalistas e analistas de informações, sendo que as duas últimas não são profissões regulamentadas.

As categorias profissionais que alcançam um determinado quantitativo de profissionais e reconhecimento pelo Estado procuram se autorregular através de um código de conduta, também identificado como código de deontologia ou ética profissional. As primeiras iniciativas em âmbito internacional de um código de ética para a profissão surgiram nos Estados Unidos, sendo o primeiro em 1955, elaborado pelo arquivista americano Wayne C. Grover. A Sociedade de Arquivistas Americanos (SAA) por sua vez publicaria o seu código em 1980, que logo se tornaria referência na área. Nos anos 90, outros países publicaram seus próprios códigos de ética, culminando com a elaboração, por parte do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), organização não governamental que promove o intercâmbio entre a comunidade arquivística internacional, do seu próprio código, através de sua Seção de Associações Profissionais. O Código de Ética dos Arquivistas do CIA³ foi aprovado pelo Comitê Executivo da entidade no XIII Congresso Internacional de Arquivos, realizado na cidade de Pequim, na China, em 1996, e é constituído por 10 diretrizes.

O Brasil não possui um código de ética aprovado para os arquivistas, ausência essa em muito determinada pelo exercício profissional não ser fiscalizado por um conselho, que se basearia em um código que orientasse o conjunto de valores morais da profissão e garantisse uma conduta correta e adequada dos profissionais com a sociedade. Em 1997, a Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) chegou a elaborar uma versão própria, seguindo as diretrizes do código do CIA, publicada como Princípios Éticos do Arquivista. No entanto, as associações profissionais regionais atualmente existentes adotam a versão original do CIA como código de ética.

Quanto ao atual quantitativo de arquivistas no país, considerando que o exercício legal da profissão é garantido somente aos que, além de graduados em Arquivologia, são registrados na SRTE (antiga Delegacia Regional do Trabalho), conforme determina a Lei nº 6.546/78, foi realizado um pedido de informação ao Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) do MTE.

Na publicação *Arquivista, visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho* (2011), Katia Isabelli Melo de Souza já realizara levantamento semelhante, também após pesquisa junto ao MTE. Neste

levantamento foi apurado o total de arquivistas registrados, desde a obrigatoriedade do registro profissional, em 1978, até a data de abril de 2009, obtendo o total de 1.377 arquivistas registrados.

Na consulta via e-SIC ao MTE buscou-se atualizar esse total, no entanto, foram informados pelo ministério somente os registros realizados através do Sistema Informatizado do Registro Profissional (SIRPWEB), implantado em 2001 e, portanto, não foram incluídos os registros que eram anotados em livros até o ano 2000. A tabela 1 apresenta o quantitativo de arquivistas registrados no Brasil, compreendendo o período de janeiro de 2001 a novembro de 2015, quando foi realizada a consulta via Lei de Acesso à Informação (LAI).

TABELA 1:

Quantitativo de arquivistas registrados por Unidade da Federação (2001-2015)

Fonte: Coordenação de Identificação e Registro Profissional do MTE

| UNIDADE DA FEDERAÇÃO (UF) | Nº DE ARQUIVISTAS |
|---------------------------|-------------------|
| Acre (AC) | 0 |
| Alagoas (AL) | 0 |
| Amapá (AP) | 0 |
| Amazonas (AM) | 17 |
| Bahia (BA) | 149 |
| Ceará (CE) | 0 |
| Distrito Federal (DF) | 406 |
| Espírito Santo (ES) | 161 |
| Goiás (GO) | 3 |
| Maranhão (MA) | 13 |
| Mato Grosso (MT) | 1 |
| Mato Grosso do Sul (MS) | 1 |
| Minas Gerais (MG) | 28 |
| Pará (PA) | 1 |
| Paraíba (PB) | 86 |
| Paraná (PR) | 84 |
| Pernambuco (PE) | 56 |
| Piauí (PI) | 0 |

| | |
|--------------------------|-------------|
| Rio de Janeiro (RJ) | 824 |
| Rio Grande do Norte (RN) | 2 |
| Rio Grande do Sul (RS) | 262 |
| Rondônia (RO) | 0 |
| Roraima (RR) | 0 |
| Santa Catarina (SC) | 4 |
| São Paulo (SP) | 97 |
| Sergipe (SE) | 1 |
| Tocantins (TO) | 0 |
| TOTAL | 2196 |

Trata-se de um quantitativo relativo aos arquivistas habilitados para o exercício legal da profissão, no entanto, como o registro não é realizado e fiscalizado por um conselho profissional, verifica-se uma defasagem no número real de profissionais atuando no país. Souza (2011, pp. 166-167), em levantamento junto ao Ministério da Educação e aos cursos de Arquivologia, obteve o quantitativo de 4.906 egressos dos cursos de graduação, no período de 1977 até 2011, em contraposição aos 1.377 arquivistas registrados verificados em seu estudo. Uma diferença numérica considerável, com o número de arquivistas registrados correspondendo a apenas 28% dos graduados. Mesmo que se considere que muitos dos que cursaram Arquivologia optaram por não exercer a profissão, o mais provável é que a diferença se dê pelo desinteresse dos profissionais em realizarem seu registro, visto que isto não os impede de atuarem no mercado de trabalho.

Com relação à formação de arquivistas, o país atualmente apresenta o total de 16 cursos de graduação em Arquivologia, sendo que a preocupação com a formação do pessoal de arquivo remonta ao século XIX. Através de relatórios e portarias, Joaquim Pires Machado Portela, Diretor do Arquivo Nacional no período de 1873 a 1898, tratava da necessidade de instalação de cursos preparatórios específicos para as funções arquivísticas. Mas as medidas para a implantação de uma formação especializada caminharam vagarosamente, sendo retomadas somente em 1911, quando foi publicado o Decreto nº 9.197⁴, de 09 de dezembro. O decreto dispunha sobre o regulamento do Arquivo Nacional e estabelecia em seu Artigo 10 a instituição de um Curso de Diplomática, com duração de dois anos e voltado para a formação especializada de seus funcionários, sendo requisito para ocupação de cargos como

o de amanuense (escriturário de repartição pública, que se ocupava também com serviços auxiliares de arquivo).

Em 1922, com a criação do Museu Histórico Nacional (MHN), através do Decreto nº 15.596⁵, de 2 de agosto, foi implantando também um Curso Técnico, que absorveu as atribuições anteriores do Curso de Diplomática do Arquivo Nacional. O curso visava atender as necessidades de especialização dos funcionários das duas instituições e também da Biblioteca Nacional, que reformara seu regulamento. O curso tinha duração de dois anos e capacitava os alunos para atuação em bibliotecas, arquivos e museus. No entanto, enquanto nas outras instituições o curso foi ofertado sem interrupção, no Arquivo Nacional, na época sob a direção de Alcides Bezerra, por razões diversas e dificuldades financeiras, não foi possível implementá-lo e a qualificação dos servidores continuou sendo um problema.

Ao longo dos anos seguintes ocorreram novas tentativas de um curso específico para formação arquivística e Alcides Bezerra chegou a propor a inclusão de um curso na recém-criada Universidade do Rio de Janeiro — posteriormente Universidade do Brasil e atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). À parte as dificuldades do Arquivo Nacional, Souza (2011, p. 85) aponta pelo menos outras três instituições, também no Rio de Janeiro, que ministraram cursos de formação de profissionais de arquivo: o Instituto de Documentação da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a Escola de Administração Comercial, do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e o Centro de Aperfeiçoamento para o Trabalho, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Santos (2010, pp. 76-77), por sua vez, destaca o papel do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) — órgão criado em 1938, diretamente vinculado à Presidência da República e responsável pela modernização da burocracia e racionalização administrativa do Estado — na capacitação de seus servidores, enviados para o exterior para se especializarem em arquivos e conhecerem as melhores práticas então existentes.

Somente na gestão de José Honório Rodrigues (1958-1964) o Arquivo Nacional inicia realmente cursos de formação, com a realização de duas edições do Curso de Arquivo, com duração de um ano e participação de professores convidados da França e EUA. Através do Decreto nº 44.682, de 21 de novembro de 1958, que previa a manutenção de cursos de formação de pessoal especializado em arquivo, finalmente a instituição passou a ofertar cursos avulsos, de Técnicas de Arquivo e outro regular, o Curso Permanente de Arquivos (CPA), que iniciou em 1960. Voltado não somente

para servidores públicos, mas também auxiliares de empresas e organizações que desejavam melhorar as condições de seus arquivos, o CPA também sofreria dificuldades financeiras para sua manutenção, apesar da boa procura, chegando a registrar em 1970 o número recorde de 237 inscritos. Muitos egressos do CPA participariam em 1971 da criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), que teria importante papel no desenvolvimento da formação profissional, pleiteando a criação do curso superior na área (MARQUES, 2013, pp. 166-192; SOUZA, 2011, pp. 83-85; MARIZ e SILVA, 2011, pp. 335-336).

Nesse contexto, começa a mobilização pela criação do curso superior de Arquivologia, tendo em vista que os cursos superiores de Biblioteconomia e Museologia eram oriundos do Curso Técnico criado através do Decreto nº 15.596/22, que também capacitava para atuar em arquivos. Em 1972, o Conselho Federal de Educação (CFE) autoriza a criação de cursos de Arquivologia em nível superior e o Departamento de Assuntos Universitários do MEC reconhece o CPA como sendo desse nível de ensino. No mesmo ano, no I Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA), é aprovada uma recomendação quanto à definição de um currículo mínimo para os cursos superiores, cujo projeto é encaminhado pela AAB ao CFE. O currículo mínimo do denominado Curso Superior de Arquivo seria aprovado em 1974, através da Resolução nº 28 do CFE. Por sua vez, o CPA, que se adequa ao currículo mínimo e à duração determinados pela resolução, mas ainda carecia do mandato universitário, firma acordo em 1973 com a UFRJ, embora permaneça sendo ministrado nas dependências do Arquivo Nacional.

O curso só conquistaria realmente seu lugar no espaço universitário quando, em 21 de julho de 1977, o Arquivo Nacional firmou convênio com a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FE-FIERJ, atual UNIRIO), transferindo para esta o CPA, agora sob a denominação de Curso de Arquivologia e completamente subordinado à legislação de ensino superior (MARIZ e SILVA, 2011, pp. 337).

Ainda, no mesmo ano, foi criado o segundo curso superior de Arquivologia, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e, em 1979, novo curso teve início na Universidade Federal Fluminense (UFF). Na década de 1980 não surgiram novos cursos e somente no ano de 1991 um novo curso teve início, na Universidade de Brasília (UnB), somando-se aos três existentes, surgidos na década de 1970.

A formação em Arquivologia continuaria se expandindo nos anos 90 e teria grande impulso com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) —

Lei nº 9.393, de 20 de dezembro de 1996 — que prevê a garantia e expansão do acesso e permanência no ensino superior e principalmente a implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), através do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Como verificado por Flores, Pedrazzi e Rodrigues (2012, p. 178):

De uma maneira geral, e mesmo considerando os *deficit*, o Reuni foi extremamente positivo à Arquivologia, pois propiciou a criação de novos cursos, em novas regiões geográficas do país. O que propicia um desenvolvimento regional e inclusão social, ocasionando ainda, mais vagas na área, ademais de cursos que puderam aprimorar suas capacidades, aumentando as vagas já pré-existentes.

Após o ano 2000, ocorreu um aumento de 100% na quantidade de cursos, saltando de oito para 16 cursos, como pode ser verificado no Quadro 1.

QUADRO 1
Cursos de Arquivologia no Brasil

| UNIVERSIDADES | DATA DE INÍCIO DO FUNCIONAMENTO |
|--|--|
| Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) | 09/12/1911 ⁶ |
| Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) | 03/03/1977 |
| Universidade Federal Fluminense (UFF) | 28/06/1978 |
| Universidade de Brasília (UnB) | 01/03/1991 |
| Universidade Estadual de Londrina (UEL) | 26/02/1998 |
| Universidade Federal da Bahia (UFBA) | 03/03/1998 |
| Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) | 01/03/2000 |
| Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) | 09/03/2000 |
| Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) | 04/08/2003 |
| Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) | 28/08/2006 |

| | |
|---|------------|
| Universidade Federal do Rio Grande (FURG) | 27/07/2008 |
| Universidade Federal da Paraíba (UFPB) | 06/10/2008 |
| Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) | 02/03/2009 |
| Universidade Federal do Amazonas (UFAM) | 03/03/2009 |
| Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) | 01/03/2010 |
| Universidade Federal do Pará (UFPA) | 20/08/2012 |

Fonte: Elaboração própria, com dados do e-MEC.

Cabe destacar que todos os cursos de graduação estão presentes em universidades públicas, sendo três estaduais e 13 federais. Estão localizados em 11 estados (sendo que somente em dois não há curso na capital) e no Distrito Federal, abrangendo todas as cinco regiões geográficas do Brasil.

No âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, há somente um programa de Arquivologia, o Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ), na UNIRIO, criado em 2012, que se tornou o primeiro mestrado *stricto sensu* em Arquivologia no Brasil e o único da América Latina em língua portuguesa.

Nos anos 80 surgiram iniciativas de constituição de cursos de pós-graduação em Arquivologia, mas restritos à modalidade *lato sensu*, se destacando o Curso de Especialização em Arquivos, do Instituto de Estudos Brasileiros, vinculado à Universidade de São Paulo (USP), surgido em 1986. Nos anos 2000, como reflexo do aumento no número de graduados em Arquivologia e a maior procura por educação continuada, se verificou uma ampliação de dissertações e teses com temáticas arquivísticas em diversos programas de pós-graduação, especialmente em Ciência da Informação.

Com relação a instituições de classe, a profissão não possui conselho profissional nem sindicato, contando somente com associações profissionais, embora estas reúnam também outros profissionais que atuam em arquivos, não sendo exclusivas para graduados em Arquivologia.

O movimento associativo na classe arquivística tem como marco inicial a fundação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), em 20 de outubro de 1971, constituída como sociedade civil de direito privado. Como destaca Couture (2015, p. 159), ao tratar do panorama arquivístico no Canadá,

Para que uma profissão avance e continue a se desenvolver, para que seja assegurada a competência das pessoas que nela trabalham, há outro elemento essencial: a reunião em associações profissionais. Vários autores afirmam, com razão, que a saúde de uma disciplina e de uma profissão passa pela capacidade de se unir, de definir objetivos comuns, de trabalhar em conjunto para o avanço de um campo de atividade. Nisso, os arquivistas são excelentes. Prova disso são as muitas associações que, em todos os setores de atividade (gestão de documentos ou arquivos permanentes), reúnem os arquivistas no âmbito local, nacional e internacional. Estamos convencidos de que as numerosas associações profissionais que ligam os arquivistas e as instituições arquivísticas constituem uma impressionante rede de agrupamentos e que os trabalhos realizados em todas essas instâncias contribuem de forma significativa para o aperfeiçoamento dos profissionais e para a valorização, reconhecimento e desenvolvimento dos conhecimentos da disciplina e da profissão, bem como para sua visibilidade.

A AAB teve uma participação determinante nos anos 70, atuando como um importante ator social, com alto potencial articulador e estratégico, tendo papel central na institucionalização da Arquivologia no Brasil. Reunindo uma comunidade de profissionais que compartilhavam do mesmo projeto, realizou ações destinadas ao reconhecimento profissional, a dignificação da identidade do campo arquivístico e do arquivista e ao desenvolvimento técnico, científico e trabalhista da Arquivologia. As principais ações realizadas nesse período foram: a publicação do primeiro periódico especializado na área, a revista *Arquivo & Administração*, em 1971; a organização do primeiro congresso científico da área, o Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA), em 1972; a cooperação com o MEC na institucionalização dos cursos superiores de Arquivologia, encaminhando o projeto do currículo mínimo dos cursos superiores da área, aprovado em 1974; e a mobilização junto ao MTE para obter a regulamentação das profissões de arquivista e técnico de arquivo, alcançada em 1978 (GOMES, 2014, pp. 108-110).

Os profissionais de arquivo que fundaram a associação e tiveram papel fundamental em suas ações nos anos 70 eram, em sua maioria, servidores públicos, advindos das ações de capacitação que o Arquivo Nacional e o DASP haviam desempenhado. Isso explica as ações da AAB serem direcionadas para conteúdos e matérias próprias do campo da política pública e reivindicações de caráter corporativista, como comenta Gomes (2014, p. 109).

Importante destacar o apoio do Arquivo Nacional, que sediou a associação em seus primeiros anos, posteriormente, nos anos 1980, transferida para a FGV, até que a AAB adquirisse sua sede própria.

Além da sede no Rio de Janeiro, a AAB ainda nos anos 1970 constituiu núcleos regionais em Brasília-DF, São Paulo-SP, Santa Maria-RS e Belém-PA. Os núcleos ampliavam a área de atuação da associação e formavam a comunidade arquivística regional, considerando as especificidades históricas, sociais e culturais de cada local: Brasília, quando o núcleo regional foi fundado, tinha apenas 14 anos de existência e por ser a capital do país foi um importante meio de interlocução com o governo federal; o de São Paulo era a presença na capital econômica do país; o de Santa Maria se formou tendo como base o curso de Arquivologia da UFSM e o de Belém, apesar de não contar com curso superior na área, realizou muitos cursos de capacitação (GOMES, 2014, p. 115).

Nos anos 1980, a AAB perde o protagonismo no campo arquivístico brasileiro, ocupado pelo Arquivo Nacional, que no período vivenciou um projeto de modernização, sob a gestão da Diretora Celina Vargas do Amaral Peixoto e que teve como principal resultado a elaboração e aprovação da Lei nº 8.159/91 — a Lei de Arquivos — que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

A desmobilização do movimento associativo a partir do final da década de 1980 coincide com o fortalecimento na década seguinte do campo arquivístico no espaço universitário, com a crescente expansão dos cursos de Arquivologia. Na década de 1990 o início da consolidação do espaço da universidade coincide também com um momento de desmobilização das instituições arquivísticas, inclusive do Arquivo Nacional, no contexto de um quadro governamental neoliberal que preconizava o Estado mínimo (SILVA e ORRICO, 2012, pp. 108-109).

No final dos anos 90, ocorre uma crise no movimento associativo brasileiro, ocasionada pela extinção dos núcleos regionais pela AAB. O modelo até então adotado, com filiais que tinham obrigação de repasse de 20% da receita para a sede provocou disputas que culminaram na decisão da extinção dos núcleos, em 1998. Como resultado imediato da decisão, membros de alguns núcleos decidiram manter o trabalho que era realizado em suas localidades e constituíram novos coletivos representativos da categoria profissional. Assim, começaram a ser fundadas associações regionais, inicialmente congregando antigos associados dos núcleos regionais da AAB e, posteriormente, a partir da organização da categoria profissional em estados

nos quais ocorreu a expansão da formação universitária em Arquivologia ou onde isso é uma demanda.

Em 2015 a AAB encerrou suas atividades, mas as associações regionais existentes já estavam organizadas sob um novo órgão de âmbito nacional, o Fórum Nacional das Associações de Arquivologia do Brasil (FNArq)⁷, reunificando o movimento associativo nacional. Fundado em 23 de outubro de 2014, constitui-se como um fórum permanente, de âmbito nacional, para unificar lutas e demandas da área profissional de Arquivologia, bem como padronizar o calendário de eventos da mesma, sendo composto por todas as 12 associações profissionais atualmente existentes. O quadro 2 apresenta as associações existentes, com respectivo ano de fundação:

QUADRO 2
Associações de Arquivologia no Brasil

| ASSOCIAÇÃO | DATA DE FUNDAÇÃO |
|--|-------------------------|
| Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP) | 28/07/1998 |
| Associação Brasileira de Arquivologia (ABArq) | 24/09/1998 |
| Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul (AARS) | 22/01/1999 |
| Associação dos Arquivistas da Bahia (AABA) | 20/10/2002 |
| Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (AAERJ) | 05/04/2004 |
| Associação dos Arquivistas do Estado do Espírito Santo (AARQES) | 15/03/2005 |
| Associação dos Arquivistas do Paraná (AAPR) | 02/07/2006 |
| Associação de Arquivologia do Estado de Goiás (AAG) | 19/12/2006 |
| Associação Mineira de Arquivistas (AMArq) | 13/04/2013 |
| Associação dos Arquivistas da Paraíba (AAPB) | 19/11/2013 |
| Associação de Arquivistas do Estado do Ceará (ARQUIVE-CE) | 09/06/2015 |
| Associação de Arquivistas do Estado de Santa Catarina (AAESC) | 20/10/2015 |

Fonte: Elaboração própria, baseado em Souza (2011, p. 131), e nos sítios eletrônicos e páginas oficiais das associações em redes sociais.

Cabe ainda comentar sobre outro coletivo profissional, baseado no ambiente de trabalho, reunindo arquivistas das instituições federais de ensino superior (IFES), que por conta do Reuni admitiram muitos arquivistas em concursos públicos na última década. Apesar de não terem constituído uma associação ou outra entidade congênere legal, mantém uma rede de comunicação — denominada Rede Nacional de Arquivistas das IFES, ou simplesmente ARQUIFES⁸ — para troca de experiências, notícias e organização de mobilizações, sendo responsáveis, desde 2009, pela organização do Encontro Nacional de Arquivistas das IFES (ENARQUIFES), de periodicidade bianual, além de encontros regionais.

Considerações finais

O presente artigo é resultado de inquietações com questões que envolvem o futuro da profissão de arquivista, em um contexto brasileiro no qual a maioria dos arquivos e serviços arquivísticos presentes em órgãos públicos ou privados carecem de recursos e visibilidade e ainda é comum uma remuneração abaixo do piso salarial. Assim, chegou-se à necessidade de verificar a condição vivenciada atualmente pela profissão no Brasil para, assim, possibilitar a identificação dos eixos que fundamentam sua institucionalização no país.

Retomamos aqui o que foi explorado ao longo do artigo sobre a trajetória e o estado atual da profissão no país, analisando sob o prisma do modelo proposto de etapas do processo de profissionalização — baseado nas etapas formuladas por Bruno Latour (1989) e Harold L. Wilensky (1970) — é possível identificar elementos positivos e também sinais de alerta.

Assim, confrontando o modelo proposto de etapas do processo de profissionalização e o panorama do campo arquivístico no Brasil, evidenciam-se como elementos positivos e sinais de alerta, respectivamente:

- Eliminar amadores: etapa alcançada no processo de institucionalização durante os anos 70 do século XX; no entanto, ainda são relatados episódios de exercício ilegal da profissão.
- Formação padronizada: ocorreu uma expressiva ampliação dos cursos de graduação, além da criação do primeiro mestrado em Arquivologia; o fim do Reuni, programa federal que alavancou a ampliação de cursos pode afetar esse desenvolvimento.

- Provar ao Estado: etapa alcançada quando da regulamentação da profissão em 1978, no entanto, não se trata de uma conquista imutável, conforme pode ser constatado no episódio do PL 2.606/15.
- Normas éticas: etapa incompleta, muito em conta pela ausência também de um conselho profissional, que tem o papel de regular a profissão. A categoria profissional adota o código de ética elaborado pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA), de 1996, não existindo um código de ética brasileiro para a profissão.
- Associações profissionais: exerceram papel fundamental para a institucionalização da profissão no Brasil e continuam atuantes, no entanto, ainda carecem de maior adesão dos profissionais e que estes reflitam sobre o modelo associativo em vigor, que engloba outros profissionais que atuam em arquivos e não somente arquivistas.
- Satisfazer a sociedade: há crescente visibilidade com a maior presença de arquivistas na administração pública e ampliação dos cursos de graduação, mas ainda prevalece uma visão estereotipada da profissão.

Este artigo buscou oferecer uma contribuição aos estudos em Arquivologia sobre a profissão de arquivista no Brasil, principalmente sobre suas etapas de profissionalização e apesar de não esgotar todos os aspectos que envolvem a questão, espera-se ter apresentado elementos que fomentem novas pesquisas.

Notas

1 BRASIL. **PL 2606/2015**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1618279>. Acesso em: 02/05/2017.

2 BRASIL. Ministério do Trabalho — **Classificação Brasileira de Ocupações**. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/downloads.jsf>. Acesso em: 02/05/2017.

3 ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Código de Ética**. Disponível em: <http://www.aaerj.org.br/a-profissao/codigo-de-etica>. Acesso em: 02/05/2017.

4 BRASIL. Legislação Informatizada — **Decreto nº 9.197, de 9 de dezembro de 1911** — Republicação. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9197-9-dezembro-1911-516281-republicacao-102807-pe.html>. Acesso em: 27/04/2017.

5 BRASIL. Legislação Informatizada — **Decreto nº 15.596, de 2 de agosto de 1922** — Publicação Original. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-15596-2-agosto-1922-568204-publicacaooriginal-91597-pe.html>. Acesso em: 27/04/2017

6 Refere-se ao Decreto nº 9.197, de 09 de dezembro de 1911, que aprovava o regulamento do Arquivo Nacional e no Art. 10 instituiu o Curso de Diplomática, posteriormente substituído pelo Curso Técnico (1922) e pelo Curso Permanente de Arquivos (1960). Como Curso de Arquivologia, na UNIRIO (então FEFIERJ), teve início em 21/07/1977.

7 Página oficial em: <https://www.facebook.com/FNArquivologia>. Acesso em: 15/05/2017.

8 Blog da Rede ARQUIFES. Disponível em: <http://arquifes.blogspot.com.br>. Acesso em: 15/05/2017.

Referências bibliográficas

COSTA, Alessandro Ferreira; LIMA, Eliane Bezerra. A representação do arquivista em obras de ficção: perspectivas do profissional sob o olhar do cinema e da televisão. **Perspectivas em Gestão &**

Conhecimento, João Pessoa, v. 2, n. 1, pp. 103-119, jan./jun. 2012.

COUTURE, Carol. A arquivística, os arquivistas e os arquivos no Canadá.

Acervo, Rio de Janeiro, [s.i.], pp. 147-163, jul./dez. 2015.

DINIZ, Marli. **Os donos do saber**: profissões e monopólios profissionais. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

DUCHEIN, Michel. Passado, presente e futuro do Arquivo Nacional do Brasil.

Acervo, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 91-97, jul./dez. 1988.

FLORES, Daniel; PEDRAZZI, Fernanda Kieling; RODRIGUES, Sérgio Ricardo da Silva. Impactos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) na formação de arquivistas no Brasil. In: MARIZ, Anna Carla Almeida; JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite (Org.). **Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Móbile: AAERJ, 2012, p. 160-179.

GOMES, Yuri Queiroz. Ação associativa nos processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil: 1971-1978.

In: MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (Orgs.). **História da arquivologia no Brasil**: instituições, associativismo e produção científica. Rio de Janeiro: AAB, 2014, pp. 101-122.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

MARIZ, Anna Carla Almeida; SILVA, Sérgio Conde de Albite. O curso de arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). In: MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia; RODRIGUES, Georgete Medleg (Orgs.). **A formação e a pesquisa em Arquivologia nas universidades públicas brasileiras**. I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia. Brasília: Thesaurus, 2011, pp. 331-355.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha.

A Arquivologia brasileira: busca por autonomia científica no campo da informação e interlocuções internacionais. Rio de Janeiro: AAB, 2013.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Uma

profissão em evolução: profissionais da informação no Brasil sob a ótica de Abbott — proposta de estudo. In: MUELLER, Suzana Pinheiro Machado; BAPTISTA, Sofia Galvão (Orgs.). **Profissional da informação: o espaço de trabalho**. Brasília: Thesaurus, 2004. (Estudos Avançados em Ciência da Informação v. 3).

NETO, André de Faria Pereira. Tornar-se cientista: o ponto de vista de Bruno Latour. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, pp. 109-118, jan./mar. 1997.

SANTOS, André Filipe Pereira Reid dos. Principais abordagens sociológicas para análise das profissões. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB**, São Paulo, n. 71, pp. 25-43, 1º sem. 2011.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. **A**

Arquivística como disciplina científica: princípios, objetivos e objetos. Salvador: 9Bravos, 2015.

SILVA, Eliezer Pires da; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. Estado da arte na institucionalização do campo arquivístico no Brasil. In: MARIZ, Anna Carla Almeida; JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite (Orgs.). **Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Móbile: AAERJ, 2012, pp. 99-113.

SOUZA, Katia Isabelli Melo de. **Arquivista, visibilidade profissional:** formação, associativismo e mercado de trabalho. Brasília: Thesaurus, 2011.

Recebido em 30/05/2017

Aprovado em 29/06/2017